



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo
ADM 2025-2028

ANÁLISE DE RISCO

OBJETO: REFERE-SE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SAÚDE, SOLICITADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO – MG.

1. INTRODUÇÃO

A presente Análise de Riscos tem por finalidade identificar, avaliar e propor medidas de mitigação para os riscos associados. No caso da prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de saúde, essa análise é essencial dada a complexidade técnica do objeto, os impactos ambientais e sanitários envolvidos, e os riscos operacionais inerentes à execução continuada do contrato por meio de um Registro de Preços, que pode demandar atendimento a múltiplos pontos no território municipal.

A análise foi elaborada em consonância com a Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto aos princípios do planejamento, da eficiência, da gestão de riscos e do controle preventivo, considerando que a contratação será realizada por meio de Pregão, com critério de julgamento por item, utilizando-se o Sistema de Registro de Preços (SRP). O Estudo Técnico Preliminar (ETP) e o Termo de Referência (TR) foram elaborados pela Secretaria Municipal de Saúde, unidade responsável pela consolidação das demandas e pela gestão do contrato.

2. IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS

2.1. Riscos Técnicos

- Inadequação das tecnologias utilizadas para coleta, transporte, tratamento ou destinação final dos resíduos de serviços de saúde, em desacordo com as normas técnicas e sanitárias vigentes.
- Falhas na segregação dos resíduos por grupos (A, B, E, entre outros), comprometendo a segurança sanitária e ambiental.
- Insuficiência ou inadequação de equipamentos, veículos e recipientes específicos para o manejo de resíduos de saúde.
- Incapacidade técnica de empresas registradas em ata para atender volumes variáveis e demandas simultâneas das unidades de saúde municipais.

2.2. Riscos Operacionais

- Atrasos na coleta e no transporte dos resíduos, ocasionando acúmulo em unidades de saúde.
- Interrupção ou descontinuidade dos serviços em razão de falhas logísticas ou desistência de fornecedores registrados.
- Descumprimento da frequência mínima de coleta definida no Termo de Referência.
- Dificuldades de coordenação operacional decorrentes da utilização do Sistema de Registro de Preços, especialmente quando houver múltiplos fornecedores por item.

2.3. Riscos Econômico-Financeiros

- Apresentação de propostas com preços inexequíveis, em razão do critério de julgamento por item.
- Desequilíbrio econômico-financeiro do contrato decorrente de variações significativas nos custos operacionais.
- Incapacidade financeira do fornecedor para manter a execução regular dos serviços durante a vigência da ata.



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo
ADM 2025-2028

- Risco de inadimplemento contratual e necessidade de substituição do fornecedor registrado.

2.4. Riscos Jurídicos

- Impugnações ao edital e recursos administrativos relacionados às exigências de habilitação e à definição do objeto.
- Questionamentos quanto à conformidade do Termo de Referência e do ETP com a Lei nº 14.133/2021.
- Judicialização da contratação em decorrência de sanções, rescisões ou aplicação inadequada de penalidades.
- Responsabilização do ente público por falhas na fiscalização ou por danos decorrentes da execução inadequada dos serviços.

2.5. Riscos Ambientais e de Segurança

- Contaminação do solo, da água ou do ar em razão de manejo ou destinação final inadequados dos resíduos.
- Ocorrência de acidentes durante o transporte dos resíduos de serviços de saúde.
- Exposição de trabalhadores e da população a agentes biológicos, químicos ou perfurocortantes.
- Descumprimento de normas ambientais, sanitárias e de segurança do trabalho aplicáveis ao objeto.

3. ANÁLISE DOS IMPACTOS E PROBABILIDADE

- Os riscos técnicos e operacionais apresentam alto impacto e probabilidade moderada a alta, pois afetam diretamente a continuidade dos serviços de saúde e a segurança sanitária. Os riscos econômico-financeiros possuem impacto médio a alto, com probabilidade moderada, especialmente em razão do critério de julgamento por item e da volatilidade de custos. Os riscos jurídicos têm impacto alto, porém probabilidade moderada, considerando a complexidade normativa do objeto. Já os riscos ambientais e de segurança apresentam impacto muito elevado, ainda que com probabilidade moderada, em razão do potencial de danos irreversíveis à saúde pública e ao meio ambiente.

4. MEDIDAS MITIGADORAS

4.1. Riscos Técnicos

- Para os riscos técnicos, recomenda-se a definição clara e precisa das especificações técnicas no Termo de Referência, alinhadas à RDC Anvisa nº 222/2018 e às Resoluções CONAMA aplicáveis, bem como a exigência de comprovação de capacidade técnica compatível com o objeto, sem restrição indevida à competitividade. A fiscalização técnica contínua e a exigência de relatórios periódicos de execução também atuam como medidas mitigadoras relevantes.

4.2. Riscos Operacionais

- Em relação aos riscos operacionais, é fundamental estabelecer rotinas claras de execução, prazos, frequência mínima de coleta, mecanismos de substituição de prestadores registrados



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo
ADM 2025-2028

e penalidades proporcionais em caso de falhas. O Sistema de Registro de Preços deve prever múltiplos fornecedores por item, sempre que possível, para reduzir o risco de descontinuidade.

4.3. Riscos Econômico-Financeiros

- Quanto aos **riscos econômico-financeiros**, recomenda-se análise criteriosa da exequibilidade das propostas, acompanhamento dos preços registrados em relação ao mercado, previsão de reequilíbrio econômico-financeiro nos termos da lei e fiscalização quanto à manutenção das condições inicialmente pactuadas.

4.4. Riscos Jurídicos

- Para mitigar os riscos jurídicos, é essencial garantir que o edital, o ETP e o Termo de Referência estejam plenamente alinhados à Lei nº 14.133/2021, bem como assegurar ampla transparência, motivação dos atos administrativos e atuação diligente da gestão e da fiscalização contratual.

4.5. Riscos Ambientais e de Segurança

- No tocante aos riscos ambientais e de segurança, devem ser exigidas licenças ambientais válidas, quando legalmente cabíveis, planos de gerenciamento de resíduos, cumprimento rigoroso das normas de segurança do trabalho e monitoramento permanente das etapas de coleta, transporte, tratamento e destinação final, com registros auditáveis.

5. MONITORAMENTO E REVISÃO

- O monitoramento dos riscos deve ocorrer de forma contínua durante toda a vigência da ata de registro de preços e dos contratos dela decorrentes, por meio de indicadores de desempenho, relatórios de fiscalização, registros de ocorrências e reuniões periódicas entre a Secretaria Municipal de Saúde e os prestadores. A análise de riscos deverá ser revisada sempre que houver alteração relevante no objeto, na legislação aplicável, nas condições de mercado ou na forma de execução dos serviços, em observância ao princípio do planejamento contínuo previsto na Lei nº 14.133/2021.

6. CONCLUSÃO

A análise de riscos evidencia que a contratação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde envolve riscos relevantes, especialmente técnicos, operacionais e ambientais, que exigem gestão ativa e permanente. A adoção das medidas mitigadoras propostas, aliada a uma fiscalização eficiente, contribui para a redução das incertezas, a proteção da saúde pública, a preservação do meio ambiente e a conformidade da contratação com a Lei nº 14.133/2021, assegurando maior segurança jurídica e eficiência administrativa.

Monte Carmelo/MG, 15 de Janeiro de 2026.

Jordanna Maria Luiza Rosa
Chefe de Departamento - Matrícula 442774
Pronto Socorro - Hospital Municipal

Jordanna M. Luiza Rosa
Elaborador do DFD